



**FACULDADE REINALDO RAMOS-FARR
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA JURÍDICA**

ANA BEATRIZ DE MEDEIROS MORAIS

**CUIDADO(!)? PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO: AS RELAÇÕES
CONSTRUÍDAS NO COTIDIANO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE RUA NESTE ESPAÇO**

CAMPINA GRANDE - PB

2018

CUIDADO(?)! PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO: AS RELAÇÕES CONSTRUÍDAS NO COTIDIANO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NESTE ESPAÇO

Ana Beatriz de Medeiros Morais¹

Ana Elizabeth Araujo Luna²

RESUMO

Com o passar dos anos vemos o avanço cada vez mais forte do sistema capitalista e da concentração de riquezas nas mãos de uma parcela minoritária da população. Com isso, é possível perceber um aumento significativo das pessoas que estão em situação de rua, inclusive de crianças e adolescentes. São sujeitos que fazem do local público sua fonte de sobrevivência, construção de relações e moradia. Partindo de uma experiência no Programa Ruanda da Secretaria Municipal de Ação Social, que atua com a abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campina Grande-PB, este trabalho objetiva pensar sobre que relações são construídas cotidianamente entre crianças e adolescentes que estão em situação de rua na Praça Clementino Procópio, enfatizando as possíveis produções de cuidado que são construídas nos laços sociais e que são invisíveis mediante os estigmas construídos pela população sobre este local e as pessoas que lá permanecem.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Situação de rua; Programa Ruanda; Cuidado.

RESUMEN

Con el pasar de los años vemos el avance cada vez más fuerte del sistema capitalista y de la concentración de riquezas en manos de una parcela minoritaria de la población. Con eso, es posible percibir un aumento significativo de las personas que están en situación de calle, incluso de niños y adolescentes. Son sujetos que hacen del local público su fuente de supervivencia, construcción de relaciones y vivienda. A partir de la experiencia de práctica en y posteriormente de trabajo como educadora social en el Programa Ruanda, que actúa con el abordaje de niños y adolescentes en situación de calle en la ciudad de Campina Grande, el trabajo objetivo de pensar sobre qué relaciones se construyen cotidianamente entre y con niños y adolescentes que están en situación de calle en la Plaza Clementino Procópio, enfatizando el estigma construido sobre este local y las personas que allí permanecen y las posibles producciones de cuidado que se construyen allí.

¹Psicóloga e pós-Graduada em Psicologia Jurídica no Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (CESREI).

²Prof. Ms. em Psicologia Clínica, Esp. Em Direito de família e orientador do trabalho no Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (CESREI).

Palabrasclave: Niños y adolescentes; Situación de calle; Programa Ruanda; Cuidado.

INTRODUÇÃO

A palavra “cuidado” pode nos sinalizar muita coisa. Usada, ora como recomendação e sinalização de perigo eminente, ora como ato de cuidar, assume diferentes significações, principalmente se trazemos essa palavra para o contexto das ruas.

O ambiente da rua é um espaço que faz parte do nosso cotidiano, é cheio de possibilidades e estamos sempre indo e vindo por ele. Mas vocês já pararam para pensar em quantos significados conseguimos produzir a partir dos múltiplos usos que podemos fazer da rua? Já refletiram sobre o que permeia nossas escolhas de frequentar ou não tal espaço? Já enxergaram as diversas relações que podem ser tecidas nesse ambiente?

Na infância e adolescência de muitas pessoas, as ruas eram espaços do brincar, da liberdade, do vai e vem. Para as crianças e adolescentes em situação de rua, elas podem representar moradia, sobrevivência, violência, negligência, o constrangimento em frequentar alguns dos seus espaços, mas também um espaço de construção de identidade através das relações estabelecidas com o outro e com o espaço que se ocupa.

Considerando que conforme o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) sujeitos na fase da infância e adolescência devem ser prioridade nas políticas públicas e ações de proteção, afirmamos que é de extrema relevância refletir sobre essa realidade produzir conhecimento sobre crianças e adolescentes em situação de rua, sujeitos esses tão invisibilizados cotidianamente pela sociedade nos espaços que ocupam, destacando as relações que são tecidas por eles subjetivamente e concretamente nos laços sociais que estabelecem na rua.

Dessa forma, o presente trabalho se propõe a refletir sobre as relações construídas no cotidiano de crianças e adolescentes que estão em situação de rua e frequentam diariamente a praça Clementino Procópio, no centro da cidade de Campina Grande – PB. Há uma observação que sempre notei como cidadã que me inquietou a investigar esse contexto: As pessoas da cidade de Campina Grande sempre evitaram andar e ocupar a praça, há um medo do estigma construído sobre as pessoas que lá

ocupam, incluindo as crianças e adolescentes, evitando, assim, possíveis relações que poderiam ser tecidas no cotidiano daquela praça localizada bem no centro da cidade. E diante dessa realidade, me questionava: Só existem relações permeadas pela violência, negação dos direitos, negligência e miséria ou ali também é possível se criar práticas de cuidado?

Através de outras experiências, advindas de observações, intervenções lúdicas e principalmente os vínculos criados enquanto estagiária em Psicologia no ano de 2016 e, posteriormente, no trabalho de educadora social do Programa Ruanda da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) no ano de 2017, pude conhecer a praça por uma outra ótica, refletindo sobre as paredes invisíveis que se erguem ali e como as pessoas se relacionam naquele espaço.

Assim, irei destacar nesse trabalho, um relato de experiências sobre o contexto no qual as crianças e adolescentes em situação de rua estão inseridos na cidade de Campina Grande, caracterizar as ações que desenvolvi no Programa Ruanda na Praça Clementino Procópio e mostrar as relações sociais estabelecidas entre crianças e adolescentes nesse espaço. Além disso, será feito um resgate histórico da política da Assistência Social no Brasil e do Programa Ruanda, discorrer sobre a infância e adolescência e seus direitos previstos no ECA, dando maior nuance às crianças e adolescentes em situação de rua.

DA FILANTROPIA AO DIREITO CONQUISTADO: O PERCURSO HISTÓRICO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Existem registros históricos de diversas épocas, desde as mais remotas até as mais atuais, em que aparecem pessoas doentes ou pobres que necessitam de alguma assistência por não conseguirem superar situações de vulnerabilidade social sem o auxílio da sociedade. Esses auxílios de assistência aos mais necessitados eram realizados primordialmente por instituições de caridade, geralmente ligadas a igrejas e não ao Estado. O Cristianismo e a influência na sociedade dos seus ideais de fraternidade e amor ao próximo foram um dos grandes responsáveis pelo percurso da assistência social ter se dado pelas vias da caridade, executada por diversas instituições religiosas. Porém, essas instituições serviam também ao controle social, através da moralização e disciplinarização da conduta do sujeito pobre. Como afirma Silva, (2008),

A prática de ajudar, por meio de doações, aos que se encontram em situação de carência material sempre esteve presente em diferentes momentos históricos, pelo fato de a pobreza e os pobres serem invariavelmente tratados como inimigos da ordem pública e precisarem ser combatidos e controlados, ora pela coerção, ora pela coação. E a assistência material, nessa perspectiva, tornou-se um poderoso instrumento de controle social dessa população numerosa e relegada a segundo plano (SILVA, 2008, p. 3).

O advento do capitalismo, oriundo da Revolução Industrial no século XVIII, delineou a acumulação de riquezas nas mãos de alguns em detrimento da miséria da maior parcela da população e modificou as relações de trabalho existentes, causando um expressivo aumento da pobreza. Esse sistema dita que para se inserir na sociedade, o sujeito produz o valor de sua existência a partir da capacidade de gerar lucro através do trabalho e com isso ter o seu poder de consumo, girando a perversa engrenagem do sistema. Como afirmam Delfin; Almeida; Imbrizi (2017), em sociedade pautada em ocupações baseadas na utilidade e prestígio, quem tiver um estilo de vida diferente é visto como inútil e incapaz.

E como sugere Carvalho (2008), a caridade e a benemerência constituem o sujeito da condição de cidadão e o coloca na posição de incapaz, desvalido, necessitado da bondade dos mais abastados da sociedade, além de situar a pobreza como disfunção social dos indivíduos, únicos responsáveis pela condição de miséria em que se encontram e não fazem esforços para superá-la, pensamento que está presente inclusive nos dias de hoje com muita frequência.

Antes de ser um direito garantido a todos, a assistência social já teve um caráter contributivo em meados de 1930 quando no Brasil foi criado o Ministério do Trabalho. Segundo Souza; Gonçalves (2014) foram elaboradas legislações que asseguravam direitos apenas aos trabalhadores do mercado formal e dentro do território urbano, que estivesse devidamente legalizado e contribuindo com as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS) e, mais tarde, com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), ou seja, não atingia a todos os trabalhadores que dela precisavam e reforçava ainda mais o controle por parte dos detentores dos meios de produção, ao passo que “obrigava” as pessoas a buscarem um trabalho formal e submeter-se às condições advindas dele para terem os seus direitos assegurados.

Segundo Carvalho (2008), em 1938 foi criado na Era Vargas o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS³ composto por sete membros “notáveis” que estavam à frente da elaboração de inquéritos sociais, análises das adequações de entidades sociais e estabeleciam quais eram as demandas dos mais necessitados, tendo os usuários da assistência, protagonismo nenhum. Ainda segundo a autora, posteriormente as funções exercidas pelo CNSS foram relegadas à Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada pela primeira – dama Darcy Ribeiro e sendo tida como a primeiragrandeinstituição nacional de assistência social, porém destacando a função do primeiro-damismo, observada até os dias de hoje.

As autoras Souza; Gonçalves (2014) trazem ainda que no período em que o Brasil encontrava-se sob regime ditatorial, a assistência social continuava arraigada a ações clientelistas, assistencialistas, disciplinadoras voltadas para o ajuste social.

Hojetemos a assistência social assegurada a todos que dela necessitam como um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Cláudia Neves da Silva (2008) nos traz como reflexão que a assistência Social executada prioritariamente pelo Estado não pelas instituições de caridade e religiosas só foi garantida como um direito com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde ela passou a integrar o tripé da seguridade social, junto com a previdência e a saúde. A Constituição dispõe no seu Art. 194 que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. E no seu parágrafo único, que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, tendo como um dos seus objetivos a universalidade da cobertura e do atendimento.

Já a Lei nº 8.742 ou Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi promulgada em 7 de dezembro de 1993 e vem dispor sobre a organização da Assistência Social e dar outras providências, reforçando a Constituição de 88 e trazendo à responsabilidade do seu cumprimento, as três esferas do governo de forma articulada e descentralizada. Na LOAS também se prevê o princípio democrático, onde preconiza a participação popular representativa e participativa. Seus princípios (cap. II, seção I, Art. 4º) são:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

³Decreto-lei nº 525 de 1º de julho de 1938.

- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 1993).

No ano de 2004 temos a construção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que vem assegurar e organizar o previsto na LOAS. “Na PNAS, a assistência social é concebida como um direito de cidadania, com o intuito de garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais mais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social.” (DANTAS, 2016, p. 16). Dessa forma, essa política organiza toda uma rede de proteção integral que visa prevenir a violação dos direitos, garantir a sua efetivação e fortalecer os vínculos existentes na comunidade, buscando a autonomia dos sujeitos e a superação de sua condição de miséria. Para isso,

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2005, p. 33).

Um ano após a construção da PNAS e fruto de amplas discussões realizadas na IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003, que giravam em torno da necessidade de um reordenamento da assistência social, foi elaborado um texto documental e traz a Norma Operacional Básica (NOB) de 2005. Ela versa sobre essa organização da gestão da Assistência Social de acordo com a LOAS e a PNAS e dispõe sobre construção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Segundo cartilha da Norma Operacional Básica (2005), o SUAS se configura como um sistema público não contributivo e descentralizado que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira.

A NOB/SUAS é fundada em pacto entre os entes federativos que assegura a unidade de concepção e de âmbito da política de assistência social em todo território nacional, sob o paradigma dos direitos à proteção social pública e de seguridade social e à defesa da cidadania do usuário. Assegura ainda, a primazia e precedência da regulação estatal sobre essa atividade pública, cuja dinâmica democrática sob controle social prevê a participação da população e da sociedade na formulação e controle das ações e o comando único das ações em cada esfera de governo (BRASIL, 2005, p. 86).

Traçando esse breve percurso histórico, pode-se perceber o porquê da sociedade até alguns trabalhadores Assistência Social, enxergar as suas políticas ainda hoje sob a ótica da caridade, guardando dos tempos de assistencialismo. É de suma importância que se quebre com essa visão para que a Assistência Social promova um sistema que conceba o sujeito como possuidor de direitos e não alguém digno de caridade, impulsionando-o para a sua autonomia e reconhecimento de potencialidades.

A MULTIPLICIDADE DE EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA, DA ADOLESCÊNCIA E DO ESTAR NA RUA

Quando se reflete sobre a infância, logo pensamentos como “a melhor época da vida” ou “um tempo de inocência, sempre ocupações” vem à tona, a passo que, quando falamos sobre a adolescência, ela é sempre retratada como uma fase difícil, cheia de angústias e inquietações. Mas, embora essas fases tenham suas semelhanças para diferentes pessoas, elas não constituem uma experiência universal, ou seja, cada pessoa, dependendo do contexto social, econômico e da época em que está inserida, terá uma visão e experiências diferentes desses momentos da vida.

Ao pesquisarmos sobre infância e adolescência, faz-se necessário o cuidado de ter em mente que estes são conceitos que passaram por diversas transformações ao longo do tempo. Philippe Ariès em sua obra intitulada “A história social da infância e da família”, publicada pela primeira vez em 1973, traz a análise do conceito e das significações da infância utilizando como fonte as obras artísticas de diferentes épocas. Ele nos relata que na sociedade tradicional

Aduração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criança pequena,

ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude [...]. (ARIÈS, 1981, p. 3).

Dessa forma, ainda segundo Philippe Ariès (1981), como as crianças e adolescentes – conceitos ainda então sem demarcação clara entre eles – eram consideradas versões em miniatura dos adultos, seu aprendizado se dava, nessa época, pela observação do comportamento dos adultos frente às atividades que eles executavam no dia a dia.

Esta forma de enxergar a infância foi modificando-se de forma lenta até que a criança fosse enxergada como um ser em desenvolvimento e que requer afeto e cuidados específicos.

[...] Até o século XVII, a ciência desconhecia a infância. Isto porquê, não havia lugar para as crianças nesta sociedade. Fato caracterizado pela inexistência de uma expressão particular a elas. Foi, então, a partir das ideias de proteção, amparo, dependência, que surge a infância. As crianças, vistas apenas como seres biológicos, necessitavam de grandes cuidados e, também, de uma rígida disciplina, a fim de transformá-las em adultos socialmente aceitos (LEVIN apud NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2011, p.7)

Porém, é importante ressaltar que essa noção da criança entendida como um ser que precisa de amparo e proteção integral foi e ainda é perpassada por uma questão de classe se tornando evidente a antiga discrepância entre crianças criadas na riqueza e crianças criadas na pobreza. “A primeira era alvo das políticas públicas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas ‘classes perigosas’ era estigmatizada como ‘menor’, [...] deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho”’. (MARCÍLIO apud ANDRADE, 2014, p. 48).

Em um país cuja parte da sociedade se “desenvolveu” às custas de uma maioria colonizada, subalterna e violentada, não se pode negar o passado e deixar de pontuar sobre qual foi o percurso da criança e adolescente pobres no Brasil, desde o período de escravidão até os dias de hoje.

Durante a escravidão, esses sujeitos enfrentavam condições péssimas para o seu desenvolvimento, sendo submetidos a violências junto à sua família escravizada, causando uma taxa de mortalidade altíssima. No século XVII temos a Rodados

Expostos, instituições que surgiram como alternativa ao grande número de crianças e adolescentes que eram deixados nas portas de igrejas, hospitais e até no lixo. Em 1871 é promulgada a Lei do Ventre livre⁴, que garante liberdade a todo filho nascido de escravos a partir daquela data e em 1888 foi estabelecida a Lei Áurea⁵, que garante a abolição da escravatura. “Entretanto, apesar de ter alforria, os ex-escravos não tinham moradia, dinheiro, roupas, educação e lazer, tendo sua liberdade forjada, os alforriados migraram para os morros e cortiços” (DANTAS, 2016, p. 23).

Segundo Letícia Borges Poletto (2012, p. 4), foi no Brasil Império que surgiram as primeiras medidas advindas do poder público que traziam a preocupação do governo em retirar do meio social as crianças que circulavam pelas ruas e que causavam desconforto na população, ou seja, as crianças pobres. No ano de 1927 surge o Código de Menores (reformulado em 1979), onde vigorava a Doutrina da Situação Irregular com o Estado, ou seja, as crianças e adolescentes que representavam algum problema para ele, como as que cometiam algum ato infracional, que estivesse em situação de rua ou disponíveis para adoção “era comum a prática do recolhimento dos menores em delegacias especiais, o encaminhamento para os reformatórios e o tratamento com violência” (DANTAS, 2016, p. 23), sendo “importante destacar que o termo ‘menor’ sempre foi usado de forma preconceituosa, para caracterizar as crianças e adolescentes pobres, criando uma clara distinção entre estas e as que detinham boa condição financeira” (ANDRADE, 2014, p. 27).

O problema das crianças e adolescentes em situação de rua era cada vez mais agravado com o descalço do governo, com a ascensão do modelo econômico capitalista e como avanço das práticas higienistas. Wéryka Dantas (2016, p. 24) nos traz que a partir disto foram criadas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, preconizando o encarceramento repressivo desses sujeitos nas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs).

Essa noção da criança entendida como um ser que precisa de amparo e proteção integral, sendo prioridade absoluta na sociedade tal como hoje se preconiza só foi possível com a instauração da nova Constituição Federal Brasileira, em 1988 e posteriormente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

⁴ A Lei do Ventre Livre ou “Lei Rio Branco” foi uma lei abolicionista promulgada em 28 de setembro de 1871 e assinada pela Princesa Isabel.

⁵ Lei Imperial nº 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, extinguiu a escravidão no Brasil.

A Lei 8.069, de julho de 1990 que regulamenta o ECA, “é fruto de um grande esforço, articulação e mobilização da sociedade e dos movimentos que há muito tempo defendiam os direitos da criança e do adolescente [...] (ANDRADE, 2014, p. 33), como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a partir dela a infância e adolescência ganha outros contornos. Em seu título I – Das disposições preliminares, Art. 4º dispõe que: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos seus direitos” (BRASIL, 1990, p. 3), trazendo então esses sujeitos como destaque na sociedade e abrindo a necessidade gritante de construir uma rede de serviços diversos que venham atender integralmente as suas necessidades.

Quando se fala sobre crianças e adolescentes em situação de rua é importante alicerçar-se na noção de que, assim como a infância e adolescência podem ter significados múltiplos dependendo de uma gama de variáveis, o termo “população em situação de rua” é bastante amplo, pois ele tenta englobar as diversas experiências que perpassam o estar nas ruas e as maneiras de uso que se faz delas. De acordo com o caderno de Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em situação de rua, eles são

Sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros. (BRASIL, 2016, p.2)

Segundo o art. 5º do Título I das disposições preliminares do ECA, não serão “objeto de nenhuma forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p.4), porém quando se anda na cidade, adentra nas praças, para-se nos sinais, é posta uma outra realidade. Quando se depara com as crianças e adolescentes que estão em situação de rua, observa-se que em muitas pessoas esses sujeitos despertam medo por sua condição maltrapilha e por serem lidos como alguém perigoso e desocupado. Em algumas pessoas o que vem à tona é um

desejo de retirar a qualquer custo aquela criança ou adolescente daquele ambiente insalubre para o seu desenvolvimento, não tendo uma reflexão mais aprofundada sobre que circunstâncias fizeram esses sujeitos estarem ali, quantos de seus direitos e os de sua família estão sendo negligenciados para que a rua tome este lugar plausível e possível de moradia, sustento e sobrevivência.

Nesse sentido, é comum que se tome a família por negligente, esquecendo-se que a criança e o adolescente devem ser prioridade na garantia de direitos e isto é dever da família, mas também do Estado e da sociedade civil.

As famílias das crianças em situação de rua encontram-se nas áreas periféricas dos centros urbanos, vivendo na maioria das vezes em condições precárias de subsistência, sem condições de garantir o sustento de seus membros. As necessidades e carências familiares fazem, muitas vezes, as crianças e adolescentes procurarem, nas ruas das grandes cidades, meios para a sua sobrevivência e para a sobrevivência do grupo familiar. [...] Quando a criança é indispensável para a sobrevivência material do grupo familiar, ela passa a ocupar um outro lugar, inserindo-se no mundo adulto e não usufruindo das garantias de proteção e dos direitos da infância. (MENEZES; BRASIL, 1998, p.3).

Porém não só a carência financeira da família delimita esse estar na rua,

a ausência de cuidado por parte de um adulto e a significação que esta atenção possui no desenvolvimento do indivíduo proporcionaria uma constituição subjetiva muitas vezes marcada pela falta de proteção e pelo sentimento de rejeição. (MONTEIRO, 2009, p. 142)

Segundo Deise Matos Menezes e Kátia Cristina Brasil (1998, p. 2), o processo de inserção das crianças e adolescentes nas ruas não acontece de uma hora para outra, ele é progressivo e está ligado ao processo de aprendizagem que a criança, paulatinamente, vai fazendo dos espaços públicos. Diversos fatores se conjecturam para que a criança veja na rua um lugar para construir-se, como a pobreza extrema e a situação de vulnerabilidade em que sua família está inserida, situações de violência e exploração infantil, negligência e maus tratos, dentre outros.

Então se vê que mesmo com os avanços obtidos com os anos, a priorização da infância e adolescência, a criação de leis específicas, a vigência do ECA, ainda vemos uma realidade muito aquém do que seria um ambiente ideal com condições propícias para um bom desenvolvimento dessas crianças e adolescentes e uma situação de pobreza e miséria que é repassada de pai para filho como uma herança.

A ATUAÇÃO DO PROGRAMA RUANDA EM CAMPINA GRANDE-PB

A cidade de Campina Grande tem segundo estimativa do IBGE para 2018 uma média de 407. 472 habitantes (IBGE, 2018) e é considerada um dos principais polos industriais da Região Nordeste, bem como principal polo tecnológico da América Latina. Apesar disso, vemos que o crescimento econômico da cidade não significou um crescimento da qualidade de vida para todas as pessoas que aqui residem.

Basta andarmos mais atentos às ruas do centro, às praças Clementino Procópio e Praça da Bandeira, Parque Açude Novo, à feira central, aos semáforos da nossa cidade, à Avenida Canal, para percebermos a quantidade de crianças e adolescentes que ali circulam, tecendo diversas significações de sua situação de rua. “Essa ocupação do espaço público urbano não se dá de forma aleatória, as crianças e adolescentes se concentram ou circulam por áreas que ofereçam dinheiro, abrigo, diversão e segurança” (ANDRADE, 2014, p. 46)

Ossujeitos desta escrita são quase invisíveis, ou melhor, invisibilizados -quando as pessoas não enxergam ou não querem enxergá-los, não reconhecem esse sujeito como um cidadão e assim apagam sua subjetividade.

“Os processos que se atravessam compondo o fenômeno da invisibilidade pública recaem sobre todos, e não somente sobre a população em situação de rua. Não só invisibilizam sujeitos, mas também impedem encontros, enrijecem corpos, automatizam pessoas e perpetuam medo e violência” (DELFIN; ALMEIDA; IMBRIZI, 2017, p. 5)

Geralmente podemos identificar pelo menos dois grupos característicos de crianças e adolescentes em situação de rua, assim como nos apresenta Fábio Santos de Andrade (2014, p. 46): um que abrange aqueles indivíduos que perderam totalmente os seus vínculos familiares e usam do espaço público como moradia e estratégia de sobrevivência e os que mantêm laços familiares (mesmo que fragilizados) e uma referência de moradia, indo à rua para desenvolver atividades que contribuam com a renda familiar ou que estão perambulando e voltam no fim do dia para suas residências, perfil que melhor caracteriza as crianças e adolescentes em situação de rua de Campina Grande, tornando-os do não lugar e do lugar nenhum.

Essa problemática é o reflexo do sistema capitalista, da discrepância desse crescimento econômico e de como “a falta de emprego tem forçado várias famílias a

utilizarem seus filhos pequenos como instrumentos de geração de renda, mesmo com a vigência do ECA” (ANDRADE, 2014, p. 42).

Diante dessa realidade e da necessidade de amenizar essa problemática social é que foi implantado na Secretaria Municipal de Assistência Social do município, um programa especializado na abordagem social à crianças e adolescentes em situação de rua e que compõe e dialoga com a rede de proteção integral à criança e ao adolescente, atuando na proteção social especial de média a alta complexidade, que é “destinada ao atendimento de famílias e indivíduos, que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social” (DANTAS, 2016, p. 17) “O Programa Ruanda foi implementado [...]no ano de 2001 pelo atual senador da Paraíba Cássio Cunha Lima, que no período encontrava-se como prefeito de Campina Grande.” (BARBOSA; SANTOS, 2016, p. 4).

O Ruanda, como geralmente é conhecido, funciona hoje na Rua Gilo Guedes nº 276 em uma estrutura física própria dentro da Casa dos Conselhos do município. Conta com uma equipe multiprofissional sendo atualmente uma psicóloga, duas assistentes sociais, duas pedagogas e sete educadores sociais que todos os dias saem do espaço físico do programa para realizar a busca ativa das crianças e adolescentes nos territórios determinados, usando como locomoção a unidade móvel adaptada, além de uma coordenadora e um técnico administrativo.

Quando implementado o seu objetivo maior era fazer um mapeamento da situação desses sujeitos, identificando o seu nome ou apelido, a condição em que se inseria (trabalho infantil, mendicância, uso de substância psicoativas e perambulação) e a localização onde foi visto. Esse trabalho ainda é realizado e registrado em diários de campo, mas hoje, segundo Wéryka Dantas (2016, p. 18) os seus objetivos são mais amplos: atender os meninos e meninas que vivem nas ruas de Campina Grande; propiciar a inclusão familiar e comunitária dessas crianças, assegurando-lhes utilização dos serviços públicos adequados; oferecer atividades socioculturais, educativas e de lazer nas ruas e praças da cidade; realizar encaminhamentos de meninos e meninas aos programas de atendimento do município e realizar acompanhamento familiar através de visitas domiciliares. Realizando também um trabalho de conscientização da insalubridade do ambiente, visando construir junto ao público outras possibilidades de estar na rua e pensar sobre si, sua realidade, seus direitos e suas projeções de futuro através de intervenções lúdicas.

Ou seja, a partir do trabalho de abordagem que se dá no local onde eles estão e da criação do vínculo com esses sujeitos, permite que se adentre nas delimitações invisíveis de seus territórios e que se conheça um pouco da sua realidade. É nesse contato corpo a corpo que se acessa a história de vida do sujeito como, por exemplo, os motivos que os levaram a estar na rua, sua composição familiar e localização do seu endereço (se houver), informações que auxiliarão a traçar direcionamentos para o seu atendimento.

Infelizmente, o Programa enfrenta diversas dificuldades para a realização do trabalho, como o quadro de profissionais ser menor do que preconiza o seu regimento interno e a rotatividade dos seus educadores sociais, ocasionada principalmente pelo fato de grande parte dos vínculos empregatícios se darem por indicações de lideranças políticas, implicando muitas vezes, na contratação de profissionais que não se identificam ou não compreendem os objetivos do trabalho realizado pois como nos apontam Renata da Silva Barbosa e Flávio Antônio Santos (2016),

o público alvo do Ruanda exige conhecimento mínimo da legislação que assegura os seus direitos, o ECA, bem como conhecimento sobre substâncias psicoativas, suas consequências e etapas, elementar e comum no cotidiano destes educadores. Cursos sobre abordagem social, encaminhamento, enfim, conhecimento que na maioria das vezes é adquirido na prática, nua e crua. (BARBOSA; SANTOS, 2016, p. 7)

Outro obstáculo que se configura é o Programa não conseguir abarcar a maior parte da extensão territorial do município devido à dificuldade de transporte, pois a unidade móvel é projetada e adaptada para que nela se realizem intervenções pedagógicas e não para se locomover com a equipe nela e nem realizar visitas domiciliares, restringindo sua atuação aos lugares de maior circulação/estadia do público referido: ruas do centro, CEASA, Praça Clementino Procópio, Avenida Canal, Praça Joana D'arc, Complexo Plínio Lemos, Parque Açude Novo.

AS PRÁTICAS DE CUIDADO ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA RUANDA

Cuidado! Essa expressão é comumente usada quando alguma pessoa vai atravessar a praça Clementino Procópio, um espaço bastante arborizado e conta com bancos, playground, lanchonetes e vendedores ambulantes que ficam nas suas margens.

O local é frequentado por diversos adultos, adolescentes e crianças, fazendo diversos usos dele.

O que faz então uma pessoa que precisa atravessar a praça ou mesmo que escolhe sentar-se nos seus bancos ouvir recomendações sobre ter cuidado ao passar/permanecer ali? Para entender melhor esse acontecimento, é necessário caracterizarmos o público que ali está – crianças, adolescentes e adultos de classe social baixa, vivendo na privação de seus direitos sociais básicos, de pele negra e com vestes maltrapilhas – ou seja, a estigmatização desse espaço envolve cor, classe social e status. Esse movimento

Ilustra um cenário urbano marcado pelo medo e a aversão a determinados tipos socialmente idealizados, que se reflete na produção de novas formas de relacionamento com os espaços da cidade, na produção de espaços exclusivistas – de moradia, lazer e consumo -, na propagação do sentimento de repulsa e eliminação do outro indesejado (FERNANDES, 2009, p. 2)

A praça é um espaço público, mas que conta, ao mesmo tempo, com características de um espaço privado. Luiz Felipe Monteiro (2009, p. 144) nos aponta que a rua, para além de suas vicissitudes é um espaço público que, ao mesmo tempo, pode conter características de um espaço privado ao passo que vemos acontecer nele atividades típicas da sociedade privada como tomar banho, alimentar-se, dormir e vida sexual, vividas por estas pessoas em meio à exposição e falta de fronteiras da rua.

As quartas-feiras eram o dia em que a equipe do Programa Ruanda atuava nesta praça, trazendo atividades diversas ligadas a educação social e ao universo lúdico e pedagógico. Lá encontrava-se crianças e adolescentes, na maioria das vezes grupalizados, na prática da mendicância, no uso de substância psicoativas, realizando pequenos furtos ou assaltos, apenas perambulando e sempre tecendo relações diversas no espaço. Na praça também se podem encontrar diversos adultos, estejam eles vendendo algum produto ou nas mesmas atividades citadas acima. Vale ressaltar que existem ali crianças, adolescentes e adultos que frequentam a praça na maior parte do dia e também os que tem o espaço como sua moradia.

Quando se adentra no cotidiano da praça, é perceptível que existem ali regras e limites criados e impostos pelas pessoas que lá ocupam um pouco diferentes dos códigos de leis trazidos pelo Estado e, Deise Menezes e Kátia Brasil (1998) sinalizam que, ao contrário do que muita gente pensa, as regras estabelecidas no âmbito das ruas são rígidas e prevêm punições aos que desrespeitam seus limites. As mesmas autoras

trazem também que “cria-se na rua não só códigos de linguagem, mas também códigos sociais particulares, estabelecendo relações de dependência, liderança, exploração, vínculos” (MENEZES; BRASIL, 1998, p. 11).

Para que o Programa permanecesse na praça, se deve considerar também a importância da formação de vínculos entre a equipe, as crianças e adolescentes e o público adulto da praça, se trata de “um processo delicado e atencioso de aproximação, que tem como princípio o respeito ao modo de vida das pessoas que habitam e transitam esses campos; ao seu aspecto estético e performance no mundo” (SJDHDS, 2016, p.30). Apenas com vínculos bem estabelecidos, é permitida a partilha de suas histórias de vida, trazendo a visualização dos sujeitos por uma outra ótica. Como nos traz Fábio Santos de Andrade (2014):

O vínculo que se estabelece entre o educador social e os que estão em situação de rua deve respeitar o cotidiano da rua e potencializar os saberes provocados pelas vivências e táticas. Ele deve ser visto não como assistencialista ou caridoso, mas como educador que lhes oferece mudanças que só podem acontecer a partir do desejo individual (ANDRADE, 2014, p. 67).

Com essa postura, é possível conhecer mais de perto o cotidiano dessas crianças e adolescentes a partir das observações feitas e das narrativas construídas por eles mesmos sobre a sua forma de experienciar a rua, sua história de vida, seus sonhos e anseios, facilitando assim reconhecer as suas maiores demandas e realizar os encaminhamentos necessários para os atores da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Com o contato direto com esses sujeitos e o espaço que ocupam, pode-se entrar em contato e refletir sobre suas formas de criar relações naquele espaço, entre si, com os adultos, com os transeuntes, com os lojistas.

As alianças e parcerias das crianças na rua são mecanismos de proteção, constituindo-se enquanto redes de relações que estruturam o seu mundo vivido. Sendo assim, funcionam também como elementos de identificação e organização das representações. (MENEZES; BRASIL, 1998, p. 5).

Para além das relações conflituosas que ali possam se estabelecer, motivadas principalmente pelo extrapolamento de algum dos limites impostos pelos que alimoram, pretende-se chamar atenção para “as redes tecidas onde circulava a solidariedade, reciprocidade e cuidados mútuos” (CALIXTO *et al.*, 2012, p.89), um

fenômeno tido como incomum e impensável nesse contexto: a produção de cuidado ali existente!

Entendendo a produção de cuidado na rua como mecanismos e táticas criados pelas pessoas que estão em situação de rua como um modo de proteção e conservação de sua existência, vê-se que ela “se dá a partir de redes de apoio tecidas pelas próprias pessoas na situação de rua. Estas se configuram para atender às necessidades físico-biológicas, espirituais e afetivo-sociais” (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 2849).

A relação de confiança estabelecida entre a equipe do Programa Ruanda e algumas crianças e adolescentes era notável. À medida que a equipe propunha atividades lúdicas, educativas e de lazer, a alma brincante emergia, então era possível enxergá-los não só enquanto refúgio de uma sociedade e Estado negligentes, mas descolar desse estereótipo e ver o quanto nessas pessoas ainda são conservados traços que nos fazem perceber a criança ali dentro.

Era perceptível que aqueles sujeitos, amadurecidos pelas contingências de sobrevivência, ainda conservavam essas características próprias da infância, pois quando eram convidados a projetar-se no papel através de desenhos, a interagir com a bola, ver filmes ou apenas tecer histórias sobre eles mesmos, logo era trazida à tona sua criatividade, esperteza e conhecimento, adquirido das vivências na rua.

Era comum que durante essas atividades, os sujeitos colocassem o *thinner* de lado (inaltamente usado por essas crianças e adolescentes e chamado por alguns de “mamadeira”) ou nos entregassem para que guardássemos, devolvendo ao final da atividade. Esse gesto sinaliza uma relação de respeito e confiança entre criança/adolescente e a equipe e de como a presença do Programa ali também estava aumentando essa rede estratégica de cuidado criada por eles.

Essa rede de cuidado viva com as crianças e adolescentes da praça Clementino Procópio envolve diversos atores, sejam eles próprios, onde os adolescentes e crianças mais velhas costumam ter uma postura de cuidado para com os mais novos, sejam os adultos, quando os defendem de alguma ameaça externa ou mesmo os lojistas e ambulantes que lá estão, muitas vezes ajudando com alimentos.

Durante a experiência de estágio e trabalho no Programa Ruanda atuando na Clementino Procópio, podia-se observar o quanto a questão da grupalização de crianças e adolescentes era importante, pois o vínculo entre eles “aparece como fonte de segurança, ludicidade e foco das estratégias de sobrevivência. As relações estabelecidas nã sã o estratégias de continência e proteção, quem permitem a sobrevivência

psíquica e social da criança” (MENEZES; BRASIL, 1998, p. 12). Dessa forma além de criarem laços de amizade e companheirismo, se tornavam menos vulneráveis a ameaças externas (abordagens policiais inadequadas, transeuntes mal intencionados ou mesmo outras crianças, adolescentes e adultos).

A grupalização facilita também a hora de dormir entre aqueles que fazem da praça morada,

As crianças quedormemna rua, nasuamaior parte, ofazememgrupo (companheiro, irmão de rua, namorado, etc.), com o corpo do outro procuram *manter uma barreira de proteção*. Dificilmente ficam sozinhos à noite, quando o perigo de ser pego de surpresa é maior; dormir junto e agrupado não necessariamente tem uma conotação sexual. Neste momento, em que desaparece o burburinho do dia-a-dia na rua, parece que fica mais evidente a fragilidade e a necessidade do outro. (MENEZES; BRASIL, 1998, p. 10).

Em diversas ocasiões a equipe também pôde presenciar em como ocorria a partilha de comida naquele local onde, quando uma das crianças ou adolescentes conseguia algo para comer, geralmente era dividido entre os seus pares - algumas crianças e adolescentes inclusiveoferecendo o pouco alimento quetem paraaequipedo programa - ou mesmo quando um adulto morador da praça tinha uma marmita, ela também era dividida com alguma das crianças. Episódio também observado foi o de ambulantes, donos de lanchonetes próximas ou mesmo mototaxistas dividindo e disponibilizando algum alimento para essas crianças e adolescentes.

Desse modo, diferente do que se passa no imaginário das pessoas acerca da Clementino Procópio, de que ali seria um lugar perigoso devido ao estigma criado em torno das pessoas que lá moram/permanecem, rotulando-as como igualmente perigosase estabelecendo entre si apenas relações conflituosas e hostis, com a experiência obtida através do Programa Ruanda, foi possível adentrar em outro viés das relações criadasali. Claro que existem, como bem nos apontam Deise Menezes e Kátia Brasil (1998, p. 10), conflitos gerados dentro do próprio grupo por algum comportamento transgressor:a denúncia, a disputa pela partilha de um toco de cigarro, o roubo entre os próprios meninos. Estas são transgressões que afetam internamente o código de regras implícitas criados naquele espaço, do que é permitido ou proibido no grupo.

Por outro lado, o que mais se destacou ali foram as táticas de sobrevivência permeadas pelo cuidado com o outro., talvez por uma ideia permeada de preconceitosdequediantedetantasnarrativassobrevullnerabilidades,carência,misériaeescas sez

de recursos, criando no imaginário social a figura de uma criança ou adolescente em situação de rua que vive frágil, que não tem acesso a conhecimento, maltrapilha, uma vivência nas ruas de “cada um por si”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar em situação de rua para a criança e adolescente a expõe a diversos fatores de risco e vulnerabilidade, podendo comprometer seu desenvolvimento saudável. Essa experiência, muitas vezes marcada pelos vínculos precários com a família, a negligência do Estado e da sociedade, a escassez de condições básicas de existência, a falta de oportunidades e a violência das ruas, constroem em torno deles um estigma de pequenas monstruosidades, maltrapilhos, violentos.

No dia a dia é apresentada uma realidade cada vez mais alarmante como o crescimento do número de crianças e adolescentes em situação de rua e, no município de Campina Grande não é diferente! Muitas delas estão perambulando pelas praças e semáforos, tornadas invisíveis enquanto cidadãos de direitos e escritores de sua própria experiência de estar na rua e destacados quando o assunto é o perigo que é atribuído a eles.

Quando se ouve a recomendação para ter cuidado ao atravessar a praça Clementino Procópio, há uma reflexão sobre o estereótipo criado em torno das pessoas que lá estão? É considerada, pela pessoa que escolhe contornar a praça ao invés de atravessá-la, a história de vida dos sujeitos e os motivos pelos quais podem estar ali? São enxergadas crianças e adolescentes em desenvolvimento ou só se enxergam “menores delinquentes”? Passa pela cabeça dessa pessoa que ali, no meio da privação de direitos, na escassez de recursos, pode haver uma outra face da palavra “cuidado”?

No título deste trabalho vemos a palavra cuidado seguida de uma interrogação e uma exclamação, e não por acaso. Ela vem trazer esses vários sentidos que a palavra pode ter nesse contexto. Cuidado! Ambiente perigoso! Cuidado? Ali é possível haver produção de cuidado um com o outro?

Em meio a recomendação de se ter cuidado com essas crianças e adolescentes que ali estão devido a sua periculosidade, observa-se algo da ordem da inventividade e da resistência, de um cuidado que nasce como a flor que rompe o asfalto⁶, e nasce de

⁶Referência ao trecho do poema “Aflorância”, de Carlos Drummond de Andrade.

teimoso, é construído pela necessidade de sobrevivência do grupo. O “cada um por si” não é a regra das ruas.

As práticas de cuidado tecidas ali, talvez diferentes das que se estão acostumadas a ver, evocam também um outro sentido do cuidar, mas agora sendo dirigido a sociedade civil e ao Estado, ambos responsáveis, juntamente com a família, de cuidar e tratar com prioridade a infância e a adolescência.

É de suma importância que se troque o olhar dirigido a esses sujeitos, que se desnudem os preconceitos, que se façam efetivas as políticas públicas já criadas para o atendimento a esse público e que se invista na capacitação das pessoas que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente para que os profissionais exerçam uma postura cuidadosa para com as que encontram-se em situação de rua. A praça Clementino Procópio necessita de um outro cuidado.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família**, Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1981. Disponível em: <http://files.grupo-educacional-vanguard8.webnode.com/2000000240_7a9b08a40/Livro%20PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ANDRADE, Fábio Santos de. **Crianças e adolescentes em situação de rua: ocupação e domínio do espaço público urbano**. 2014. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2014. Disponível em: <<http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/d97ae06461a6b627218ade3a6465aa78.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2018.

BARBOSA, Renata da Silva; SANTOS, Flávio Antônio. Programa Ruanda: os (des)caminhos em prol da proteção integral e crianças e adolescentes em situação de risco no espaço de Campina Grande – PB. IN: VI Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, Editora Rede Sirius/UERJ, 2016. Disponível em: <http://www.proealc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gtiii/Renata%20da%20Silva%20Barbosa%20et%20al%20GT03.pdf>. Acesso em 12 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988, 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm>. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. **Lei nº 8.742.** Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 5 dez. 2018.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF, mar. 1990.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf>. Acesso em 11. Set 2018 às 16:40.

_____. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 15 de dez. de 2016. **Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua.** Brasília, DF, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2016/cnas-2016-001-15-12-2016.pdf/download>>. Acesso em 15 jan. 2019.

CALIXTO, Jamili; *et al.* Rua: espaço, público, privado: um relato de experiência com jovens em situação de uso de substâncias psicoativas. IN: SANTOS, J.E.; BARRETO, A. F.; SILVA, M. G. **Saúde e Drogas: Por uma integralidade do cuidado aos usuários de substâncias psicoativas.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. P 81 – 98.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito.** 2008. 57 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

DANTAS, Wéryka Cristina da Silva. **Intervenção de Psicologia com crianças e adolescentes em situação de rua: relato de experiência de estágio.** 2016. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal

de Campina Grande, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Campina Grande – PB, 2016.

DELFIN, Lucas; ALMEIDA, Lara Aparecida Machado; IMBRIZI, Jaquelina Maria. A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 29, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e158583.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro**. 2009. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Geografia, Rio de Janeiro – RJ, 2009.

MENEZES, Deise Matos do Amparo; BRASIL, Kátia Cristina T.. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.11, n.2, p.327-344, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-97211998000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 set. 2018 às 15:41.

MONTEIRO, Luiz Felipe Campos. O uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua: uma leitura winnicottiana. In: NERY FILHO, A., et al. orgs. **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas**. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009, pp. 139-159. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/qk/pdf/nery-9788523208820-09.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2019.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fontes. **A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas**. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

OLIVEIRA, Deise Moura et al. Necessidades, produção de cuidado e expectativas de pessoas em situação de rua. **Revista Brasileira de Enfermagem** [internet]. 2018 ;71(Suppl6):2689-97. Edição temática: boas práticas no processo de cuidado como centralizador da enfermagem. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s6/pt_0034-7167-reben-71-s6-2689.pdf>. Acesso em 3 jan. 2019.

POLETTI, Leticia Borges. A (des)qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens. IN: IX ANPEDSUL, 2012. Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul – RS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1953/329>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SJDHDS – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento social. **Corra pro abraço: o encontro para o cuidado na rua**. Centro de Referência integral de Adolescentes. Salvador: SJDHDS, 2016.

SILVA, Cláudia Neves da. Caridade e ação social das igrejas: a quem se destina? **Serviço Social em Revista**, Londrina, vol. 11, n. 1, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2008/30_Caridade_acao_social.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SOUZA, Sônia Aparecida da Silva de; GONÇALVES, Suélen Felipe. Política de assistência social: uma breve análise de seus avanços e retrocessos. IN: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 6; Seminário de Direitos Humanos, 2, 2014, Campus de Toledo. **Anais**. Campus de Toledo – PR, 2014.